

Discussões teóricas sobre a prática docente na contemporaneidade e estratégias para um projeto da autonomia

Theoretical discussions about teaching and strategies for an autonomy project

ANDREOLI, Marcelo Caetano

Doutor em Urbanismo (PROURB/UFRJ)

Professor Universidade Federal do Paraná e Universidade Positivo

marcelocandreoli@gmail.com

RESUMO (100 a 250 palavras)

O presente artigo busca discutir o papel docente dentro de novas possibilidades epistemológicas da arquitetura e urbanismo na contemporaneidade, articulando conceitos que dialoguem com outras possibilidades reflexivas do próprio ofício deste profissional. Para tanto, apresenta-se em primeiro momento um debate sobre a arquitetura e urbanismo pela ótica da dialética espacial e da teoria crítica urbana. Num segundo momento são apresentadas possibilidades alternativas sobre a prática docente no combate às dinâmicas homogeneizantes da modernidade. Este breve artigo não busca esgotar uma temática, mas, principalmente ampliar um campo de debate sobre possibilidades docentes a partir de uma discussão epistemológica da arquitetura e do urbanismo em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVES: arquitetura biopolítica; projeto participativo; teoria crítica urbana.

ABSTRACT (100 to 250 words)

This document discusses the teaching role within new epistemological possibilities of architecture and urbanism in contemporary times, articulating concepts that dialogue with other reflective possibilities of this professional's own craft. In order to do so, a debate about architecture and urbanism is presented first from the perspective of spatial dialectic and urban critical theory. Secondly, alternative possibilities on teaching practice in combating the homogenizing dynamics of modernity are presented. This brief article does not seek to exhaust a theme, but mainly to broaden a field of debate about teaching possibilities from an epistemological discussion of architecture and urbanism in the classroom.

KEY WORDS: biopolitical architecture; participative project; urban critical theory.

1 INTRODUÇÃO

O cenário do ensino de arquitetura encontra-se no centro dos debates da prática profissional, não mais reduzido aos tradicionais modelos que buscam limitar a disciplina, mas relacionado ao seu oposto: na construção de um campo ampliado. Somente neste sentido acredita-se que seja possível elaborar respostas ao futuro, sem estar incluído nas incoerências da formação para um virtual mercado.

A estrutura deste pensamento parte do pressuposto que o mercado se redesenha em velocidades exponenciais, diametralmente opostas ao tempo de acúmulo de conhecimento compreendido nas universidades. A observação deste fenômeno permite-nos concluir de forma simplista e objetiva que se por um lado o ensino da arquitetura atualmente é insuficiente para responder ao mercado, devido ao seu caráter inflexível. Por outro lado, tal ensino tampouco consegue responder as incoerências sociais e aos processos desiguais de acumulação.

Neste sentido o ensino atual passa a ser construindo para quem? Tal pergunta somente pode ser respondida pelo olhar crítico dos métodos pedagógicos das salas de aula, afinal, a construção do conhecimento ocorre mediante a reprodução dos reconhecidos bons exemplos. Tais exemplos são legitimados a partir das publicações de capas de revistas e premiações públicas, julgadas por corpos técnicos de arquitetos urbanista, também reconhecidos por capas de revistas e livros.

Este ciclo de críticos e arquitetos urbanistas se reproduz nas salas de aula pelo uso da *mimese* como processo criativo de produção projetual, observando referenciais para a produção de uma arquitetura autoral. Com isso se estimula o processo criativo determinado por um quadro de imagens específicas, legitimadas pelas aparições em capas de revistas e premiações públicas. A arquitetura da internet é deslocada de seu contexto e de suas fragilidades, a leitura espacial perde-se em meio aos processos pouco analíticos e torna-se referencial fotográfico, por fim a reprodução do ensino passa a ser um processo de cópia malfeita de estruturas pouco conhecidas em sua profundidade¹.

O resultado deste processo é a arquitetura convertida na construção específica de uma imagem, cujos resultados são observados não mais pelos recortes paradigmáticos correspondentes propostos pelas definições espaciais, mas pela reprodução de uma estética específica, determinada pelo acúmulo imagético construído ao longo de cinco anos de formação. Neste cenário a produção reflexiva de arquitetura é negligenciada em detrimento da virtual distinção entre bom e mau gosto, resultando, por fim, na produção de edificações caracterizadas pelo vazio estético.

Diante disso, o presente artigo parte desta crítica para num primeiro momento discutir o espaço enquanto campo de atuação do arquiteto urbanista, campo de disputa e lócus da reprodução dos sistemas de controle sociais. Num segundo momento será debatido papel do arquiteto urbanista como agente de intervenção, capaz de pensar e moldar espaços a partir de táticas de radicalização da democracia e do diálogo. Por fim, é proposta uma reflexão a partir da elaboração conceitual do arquiteto como agente das práticas horizontalizadas da construção de cidades na contemporaneidade.

MACRO COMPREENSÕES: ESPAÇO - ARQUITETURA E URBANISMO

As transformações sociais experimentadas no início da década de 60 são motivadas por uma conjuntura de discursos e possibilidades em diversas áreas do conhecimento, cujas retóricas concentram-se no combate a um racionalismo dogmático e na valorização das multiplicidades. Diante disso algumas reflexões sobre o espaço ganham novas perspectivas, a partir de teorias que não mais concebem o tempo e o espaço como dimensões desvinculadas, mas diante de sua dialética construída socialmente (Soja, 1993).

A teoria crítica urbana busca compreender esta ótica dialética de como o espaço se relaciona com o desenvolvimento histórico do capitalismo e se compreende como produto e produtor deste sistema. Portanto, a construção do espaço correspondente a cada sociedade é mediada pelas relações sociais de produção, também articulando política e ideologia. Neste sentido, torna-se central afirmar que o dinamismo e o expansionismo constantes inerentes ao capitalismo moldam o mundo em que vivemos (Harvey, 1996 [1989]), contendo caráter essencialmente geográfico.

A radicalização das dinâmicas produtivo-econômico-sociais pós 1970, reconhecido pelos processos de acumulação global do capitalismo tardio (Harvey, 1996 [1989]; Jameson, 2007 [1991]), inauguram, portanto, uma nova dimensão cultural, que afeta visivelmente espaços de forma cada vez mais relevante (Marcuse & Kempen, 2010). Este movimento é reconhecido por suas características simultâneas e contraditórias, de expansão e fixação territorial de maneira sucessiva. Compreendido pelo conceito de *ajustes espaciais* (Harvey, 2004), tais movimentos suportam as múltiplas formas pelas quais o capitalismo é capaz de se reestruturar para garantir a sua sobrevivência enquanto modelo hegemônico.

A crescente combinação entre capital e espaço redesenha as lógicas de ocupação territorial (Harvey, 2012), produzindo fragmentação que se legitimam a partir do conhecimento científico (típico da



modernidade²). Não obstante, a reprodução destas narrativas se conforma nos espaços reconhecidos por suas dinâmicas disciplinares, cuja manutenção das estruturas sociais hegemônicas é dominante, atuando pela transformação de corpos ativos em dóceis (Foucault, 2008).

A partir desta compreensão do espaço como campo de disputas, concretização da vida e arena de legitimação das estruturas hegemônicas, a arquitetura e urbanismo se destaca enquanto campo disciplinar importante para atuar com e pelo espaço. Principalmente por sua capacidade de produção dos circuitos de ajustes espaciais, assim como pela criação e manutenção das estruturas de sociais de controle a partir da mediação dos elementos simbólicos (Hays, 2009). Portanto, admite-se que se por um lado o espaço reafirma as dinâmicas sociais coercitivas materializando-as; por outro, há igualmente possíveis fissura para a construção de outras possibilidades e heterotopias (Foucault, 1968).

Compreender estes mecanismos que constroem os limites e as singularidades na contemporaneidade nos permite traçar caminhos alternativos, que não se sustentem sob lógicas dominantes, mas que encontrem na resignificação dos processos atuais, orientações para o redesenho da realidade. Acredita-se que existem espaços nos quais o pensamento reflexivo pode se sustentar, para atuar de acordo com a “lógica dos cupins” (Harvey, 2013) como um convite para à práxis social do arquiteto urbanista.

AS POSSIBILIDADES HORIZONTALIZANTES DA PRÁTICA ARQUITETÔNICA

A atuação do arquiteto urbanista enquanto sujeito capaz de compreender o espaço e suas materialidades, percebe também a sublimação dos clássicos questionamentos que definiam a tensão entre qualidades absolutas versus qualidades relativas do espaço. Afinal, para além do objeto isolado, é somente por um olhar relacional que se compreende o sistema dialético de construção da estrutura física das cidades.

A percepção deste movimento encontra lacunas importantes de reflexão crítica e propositiva por meio do desenho e do projeto. Distante da imagem heroica deste profissional, a intenção é compreendê-lo pela ação transformadora quando atuando junto com um contexto social plural, tornando-o potente para articular alternativas e responder aos avanços das lógicas coercitivas homogeneizantes a partir dos espaços construídos.

ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



Para tanto, diante das dinâmicas sócio espaciais da contemporaneidade, com sua iminente expressão física de concentração urbana e organização socioeconômica historicamente construída, é necessário elaborar caminhos alternativos em relação a ortodoxa reflexão espacial. Esta construção, no entanto, não parte de um esforço autônomo concentrado em uma disciplina, mas em processos subversivos das hierarquias de poder que estimulam as dinâmicas de acumulação atualmente.

Tais processos e instrumentais de confronto estão interligados pela conciliação entre a dimensão da cidade (como campo de conflito e das lutas) e dos corpos (como esfera de produção e reprodução). O corpo pode ser concebido como potência criativa, cuja construção não se delimita pela materialidade, mas é uma entidade relacional sustentada num fluxo espaço temporal de múltiplos processos (Harvey, 2004, p. 137), tendo potência natural transformadora:

Pessoas corporificadas dotadas de capacidade semiótica e vontade moral tornam seu próprio corpo um elemento fundacional naquilo que há muitos chamam de "corpo político" (...) Lefebvre e Foucault (vigiar e punir) fazem aqui causa comum: a libertação dos sentidos e do corpo humano do absolutismo do mundo produzido do espaço e do tempo cartesiano/newtoniano se trona central às suas estratégias de emancipação (...) Se, por exemplo, os trabalhadores são transformados, como sugere Marx em O Capital, em apêndices do capital tanto no local de trabalho quanto na esfera do consumo (ou como prefere Foucault, se os corpos são transformados em corpos dóceis pela ascensão, a partir do século XVIII, de forte aparato disciplinador), como podem seus corpos ser a medida, o signo ou o receptáculo de qualquer coisa que se situe fora da circulação do capital ou dos vários mecanismos que disciplinam esses corpos? (Harvey, 2004, pp. 138-140).

A dúvida exposta por Harvey orienta para uma análise acerca da produção social dos corpos, pois a força capitalista embora tenha direitos sobre a mercadoria ela não pode expandir-se legalmente sobre o trabalhador. Entretanto, o corpo não se constrói em arenas neutras, ausente de condicionantes e limitação, mas se insere num espaço de tensão e de diversas articulações que orientam e são por ele orientadas, esta dialética constrói o movimento de produção e consumo das cidades e pode ser o nexos pelo qual se abordam possibilidades de políticas emancipadoras.

A esfera produtiva do corpo se constitui como elemento fundacional das práticas emancipatórias, desenhando alternativas a partir da ontologia social do trabalho. Esta dinâmica encontra subsídios não mais nas anacrônicas disputas pelo poder das narrativas revolucionárias, mas busca alternativas horizontalizadas que redesenhem o próprio poder. Assim o trabalho não se concentra mais na sua capacidade produtiva comercial, mas encontra no comum espaço para existência.

Atualmente está claro que somente os movimentos de base, que se articulam horizontalmente por meio das subjetividades, que têm a capacidade de construir uma consciência de renovação e transformação. Esta consciência já não descende dos setores intelectuais que são orgânicos, mas



surgem da multidão trabalhadora, que de forma autônoma e criativa depositam esperanças e sonhos antimodernos (Hardt & Negri, 2011, p. 108)

A *multidão* emerge como conceito renovador das tradicionais lutas que não encontram mais espaço diante das condições radicais de capitalização da vida, compreendendo que as perspectivas que apontam para a disputa do poder são incapazes de construir alternativas e somente reproduzem as lógicas da modernidade. Vias alternativas são possíveis por uma ótica diagonal, cuja construção seja proposta pela ruptura com as perspectivas modernas e com todas as suas relações de poder estabelecidas em sua composição (Hardt & Negri, 2011).

Diante da articulação das multiplicidades que concretamente devem se constituir como a luta cooperativa pelo comum, a organização social da multidão proposta por Hardt e Negri (2005) estimula respostas para a valorização das multiplicidades e singularidades. Esta construção social direciona para o reconhecimento dos contrastes sócio políticos contemporâneos, encontrando no conjunto de singularidades uma possível perspectiva para a atuação.

Portanto, o trabalho do arquiteto urbanista necessita reconhecer-se como parte desta multidão, radicalizando os espaços de resistência e construindo canais de luta dentro das tradicionais arenas de legitimação dos discursos hegemônicos. Neste sentido a universidade é centro de disputada, por conta da histórica sobreposição dos saberes que diluem as autonomias por meio de *dispositivos* (Agambem, 2005). Necessariamente o espaço universitário e o papel do estudante em uma sociedade utilitarista (Agambem, 2017) se diluem, tornando-se espaços técnicos de reprodução.

Pensar o vetor oposto destas lógicas é, sobretudo, pensar a criatividade dentro dos processos de concepção de arquitetura como contraste com as formulações padronizadas e repetitivas, as quais não orientam o homem para a descoberta de possibilidades próprias, mas o encarceram processos cíclicos de produção e reprodução. Assim como afirma Bornheim (1996, p. 48), acredita-se que “a repetição corresponde a uma espécie de animalização da condição humana”.

A arquitetura e urbanismo, portanto, percebe o espaço como resultado de contradições e tensões inerentes a sua existência, não como um ponto de partida prévio sobre o qual o arquiteto urbanista intervém, mas, sobretudo, é em si o resultado de uma proposição arquitetônica. Uma dialética de transformar e transformar-se; arena de tensão, cujas dinâmicas podem ser rescritas a partir de novas lógicas críticas. Neste sentido a figura do docente se concentra em sua capacidade crítica de assumir



ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



tais contradições, explorá-las e admitir a contra narrativa pela potencialidade subversiva do projeto acadêmico.

Construir um argumento sobre arquitetura diante deste cenário é, portanto, não se restringir somente aos aspectos da materialidade arquitetônica, mas assumir um posicionamento crítico sobre a realidade em movimento. Para tanto, é preciso atravessar as fronteiras que distanciam a prática profissional da dimensão política, contestando os anacrônicos métodos de concepção arquitetônica que se baseiam na “caixa preta” de Banham (1996). Segundo ele, o desenho se instrumentalizou como ferramenta divisória que compreende o universo dos arquitetos separadamente da sociedade³, assim a arquitetura é percebida pela sua capacidade de comunicação entre os próprios arquitetos e toda produção descontextualizada dos métodos ou dogmas propagados dentro da disciplina é vista como suposta não-arquitetura. A crítica proposta por Banham demanda um reposicionamento profissional acerca da própria disciplina, não mais percebida na sua própria instrumentalização e comunicação interna, mas pelas ruptura dos modelos que a conceberam.

Inevitavelmente a ação intencional do ato projetual se percebe como resultante de uma rede de significações, compreender tais lógicas implica não mais formar arquitetos urbanistas, mas, sobretudo, despertá-los para o olhar atento das dinâmicas sociais. Não se almeja, entretanto, uma atividade protagonista no âmbito das lutas, mas o distanciamento em relação a histórica autonomia criativa que oculta o conjunto de saberes inerentes ao produto arquitetônico. O arquiteto é visto, portanto, como um dos agentes do complexo sistema de relações dentro do processo de concepção e construção civil, cujo ofício se concentra no agenciamento das camadas que sustentam o produto arquitetônico.

A identificação da arquitetura como resultado de um processo de constituição de múltiplas camadas, não significa que os resultados formais inerentes à prática não se constituam como significação importante. Pelo contrário, compreende o saber técnico e o reposicionamento da arquitetura diante da sua intrínseca capacidade de construir agenciamentos internos ao processo de concepção e externos em relação as dinâmicas urbanas.

Assim, o reconhecimento desta dinâmica profissional situa o arquiteto urbanista num campo de outras estéticas (Guattari, 2006), cujos valores estejam associados aos mecanismos de validação internos das sociedades e não mais subjugados aos mecanismos da *comoditização* da forma (Aureli, 2015). Pense-se que estes podem ser passos fundamentais que confrontem as lógicas hierárquicas de dominação e constituam pelo olhar criativo proposições subversivas.



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEÇÃO DO
AMBIENTE



Assim, a sala de aula se converte em espaço de liberdade, estimulada pela busca da autonomia e das narrativas pessoais, cujos caminhos teóricos sejam estimulados pelo aprofundamento das motivações que fundamentam a forma e não mais pela combativa narrativa dual que confronta má arquitetura e boa arquitetura. Portanto, reposicionar o ensino é fundamental, para admitir a potência da arquitetura como campo reflexivo e prático.

Por fim, estas páginas tinham a intenção de ampliar o debate, mas também não se furtará de tecer pontuações sobre as possibilidades de um ensino para a autonomia. Diante disso, acredita-se que: a) a universidade tem compromisso com a formação de profissionais competentes e críticos em relação a cidade que está sendo construída. Os temas devem refletir uma oportunidade de exercitação de posturas de distanciamento crítico aos produtos arquitetônicos atuais; b) O exercício projetual enquanto ato político é rompido pelo distanciamento da universidade com as demandas sociais urbanas, há que se olhar para fora dos muros e participar mais ativamente da vida das cidades; c) O programa arquitetônico se constrói na oposição e no estranhamento com o que está dado pela legislação, pelos produtos do capital imobiliário e pelas leituras urbanas incoerentes e superficiais. Necessário questionar os programas e reestabelecer vínculos com possibilidades heterotópicas; d) A complexidade social coloca-nos diante de problemáticas mais amplas que exigem o tensionamento e a colaboração de outras áreas disciplinares, portanto existe uma necessidade imperativa pela ampliação do léxico da arquitetura para uma reflexão profunda sobre a construção social; e) É necessário estimular a identificação das linhas teóricas de cada professor, assim por meio das contradições se evita a resposta correta da elaboração da problemática por trás do ato projetual.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. O estudante. Flanagens: <http://flanagens.blogspot.com/2017/05/estudantes-giorgio-agamben.html> (acesso em 2017), 2017.

AGAMBEM, G. O que é um dispositivo? Outra travessia, p.9 – 5, 2005.

AURELI, P. V. A spectacle of deepest harmony: notes on good architecture. Oase - Journal for Architecture #90, 7 – 10, Rotterdam, 2015.

AURELI, P. V. Architecture and content: who's afraid of the form-object?" Log (Anyoune Corporation) 3, 29-36. 2004.

AURELI, P. V. The possibility of an absolute architecture. Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, 2011.



- BANHAM, R. A black box: the secret profession of architecture. Em Essays by Reyner Banham, por Mary Banham, Paul Barker, Sutherland Lyall e Cedric Price, 292-299. University of California Press, Los Angeles, 1996.
- BORNHEIM, G. Sistemas e criatividade. Em Cidade e Imaginação, por Eduadro Mendes de Vasconcellos Denise Pinheiro Machado. Prourb, Rio de Janeiro, 1996.
- BRENNER, N. O que é Teoria Crítica Urbana. E-metropolis, p.20-27. Dezembro, 2010.
- FOUCAULT, M. De outros espaços. Cercle d'Études Architecturales. Paris, 1968.
- FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUATTARI, F. Caosmose: por um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HARDT, M.; NEGRI A. Common wealth: el proyecto de una revolución del común. Barcelona: Akal, 2011.
- HARDT, M.; NEGRI A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, M.; NEGRI A. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, D. Cidades rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HARVEY, D. Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996 [1989].
- HARVEY, D. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAYS, K. M. Architecture's desire: reading the late avant-garde. New York: MIT, 2009.
- JAMESON, F. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2007 [1991].
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFM, 2008 [1966].
- MARCUSE, P; KEMPEN, R. Globalizing cities: a new spatial order. Lexington: Blackwell Publishing, 2010.
- NEGRI, A. Junkspace e a metrópole biopolítica. Lugar Comum - estudos de mídia, cultura e democracia, 43 ed.: p.287 – 292, 2014.
- NEGRI, A. O comum: dos afetos à construção de instituições - entrevista com Antonio Negri feita por Thiago Fonseca e Giuseppe Cocco, 2013.
- SOJA, E. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Notas

¹ Evidentemente o papel docente neste processo pode contribuir para problematizar tal processo, assim como pode evidenciar leituras contextuais bem elaboradas.

² Para tal crítica, ver: Latour, B. Jamais fomos modernos. Editora 34, São Paulo, 1994.

³ A crítica ao desenho também está presente no trabalho de Sérgio Ferro e pelo grupo Arquitetura Nova. Ao mesmo tempo, o desenho, é desenvolvido como grande ponto de transformação nos trabalhos de Vilanova Artigas (O desenho, 1967), confirmando-o como fermenta para transformação da produção industrial.